

RITA DIAS NOLASCO  
VICTOR MENEZES GARCIA

# EXECUÇÃO FISCAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA

LEI 6.830/1980 COMENTADA ARTIGO POR ARTIGO  
DE ACORDO COM O **NOVO CPC**

*Prefácio*

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

EXECUÇÃO FISCAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA  
Lei 6.830/1980 comentada artigo por artigo  
De acordo com o novo CPC

RITA DIAS NOLASCO  
E  
VICTOR MENEZES GARCIA



© desta edição [2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS  
*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TOCOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT  
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)  
Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso *site*: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [06-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [15.06.2015]



EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-6232-7

## SUMÁRIO

### Parte I

1. Noções introdutórias .....	29
1.1 Notas explicativas .....	29
1.2 Direito processual civil contemporâneo – Decisões judiciais construídas com base no sistema jurídico – Lei, doutrina, jurisprudência e princípios .....	30
1.3 A importância dos precedentes – Estudo do “direito jurisprudencial” .....	35
1.4 A influência dos precedentes no direito brasileiro e as atuais técnicas processuais de uniformização .....	37
1.4.1 As técnicas processuais de uniformização no Novo CPC .....	45
1.5 Noções fundamentais dos precedentes e as técnicas de afastamento dos precedentes .....	48
1.5.1 Técnicas de superação dos precedentes – Flexibilidade na aplicação dos precedentes .....	51
2. Princípios da tutela executiva .....	52
2.1 Princípio da autonomia e princípio do sincretismo .....	52
2.2 Princípios do resultado e da menor onerosidade ao executado: execução equilibrada .....	54
2.3 Princípio da disponibilidade .....	57
2.4 Princípio da patrimonialidade ou da responsabilidade patrimonial .....	58
2.5 Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i> .....	59
2.6 Princípio da tipicidade e adequação dos meios executivos .....	60
2.7 Princípio da cooperação .....	61
2.8 Princípio da lealdade: atos atentatórios à dignidade da justiça .....	64
2.9 Princípio da responsabilidade objetiva do exequente .....	65

### Parte II – Lei de Execução Fiscal Comentada

1. Artigo 1.º .....	67
1.1 Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	67
1.2 Teoria do Diálogo das Fontes .....	68
1.3 Sujeitos ativos da execução fiscal .....	74
1.4 Possibilidade de execução fiscal contra a Fazenda Pública .....	76
1.5 Execução fiscal para a cobrança de crédito rural .....	77
1.6 O processo de execução fiscal não é adequado para a cobrança de benefícios previdenciários concedidos fraudulentamente .....	78
2. Artigo 2.º .....	79

2.1	Da dívida ativa .....	80
2.2	Dívida ativa não tributária e a aplicação do art. 185-A do CTN .....	81
2.3	Crédito decorrente de ato ilícito .....	82
2.4	Execução fiscal para cobrança de multa penal.....	83
2.5	Honorários de sucumbência de titularidade da Fazenda Pública .....	85
2.6	Não ajuizamento da execução fiscal para valores abaixo de dez mil reais .....	87
2.7	Não ajuizamento da execução fiscal federal para valores abaixo de vinte mil reais.....	87
2.8	Possibilidade de protesto extrajudicial de CDA com valor consolidado até cinquenta mil reais .....	88
2.9	Não ajuizamento da execução fiscal para a cobrança de anuidades dos Conselhos Profissionais com valor inferior a quatro vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente .....	91
2.10	Não inscrição do débito em dívida ativa no caso de compensação tributária, caso não haja notificação do indeferimento da compensação – A compensação (ainda que realizada por DCTF), enquanto pendente de homologação (tácita ou expressa) suspende a exigibilidade do crédito tributário .....	91
2.11	Correção monetária e juros de mora .....	92
2.12	Multa moratória.....	96
2.13	Encargos legais.....	98
2.14	Suspensão da prescrição.....	99
2.15	Súmula Vinculante 8.....	100
2.16	Requisitos do termo de inscrição da dívida ativa .....	102
2.17	Do princípio da <i>Pás De Nullité Sans Grief</i> – Não há decretação de nulidade sem prejuízo .....	107
2.18	Formalização do termo de inscrição e da dívida ativa.....	108
2.19	Possibilidade de emenda ou substituição da certidão de dívida ativa ..	109
2.20	Prazo prescricional das contribuições previdenciárias.....	112
2.21	Súmulas .....	113
3.	Artigo 3.º .....	114
3.1	Da presunção de certeza e liquidez da dívida ativa .....	114
4.	Artigo 4.º .....	115
4.1	Sujeito passivo (contribuinte) da obrigação tributária e responsável tributário .....	117
4.2	Responsabilidade por substituição e responsabilidade por transferência .....	118
4.2.1	Responsabilidade por transferência – Devedores solidários ..	119
4.2.2	Responsabilidade por transferência – Devedores sucessores ..	120
4.2.3	Responsabilidade de terceiros .....	122

4.3	Fiador .....	125
4.4	Aplicação da legislação tributária, civil e comercial .....	125
4.5	Benefício de ordem .....	125
4.6	Súmulas .....	126
5.	Artigo 5.º .....	126
5.1	Competência. Foro do domicílio do executado.....	126
5.2	Da incompetência territorial. Incompetência relativa .....	131
5.3	Impossibilidade de reconhecimento <i>ex officio</i> de incompetência territorial .	133
5.4	<i>Perpetuatio jurisdictiones</i> .....	138
5.5	Competência. Conexão. Reunião de processos .....	139
5.6	Competência. Ação cautelar. Caução .....	140
5.7	Fim da competência delegada da Justiça Estadual. Comarca que não tem sede da Justiça Federal .....	142
5.8	Competência para execução fiscal oriunda de reclamação trabalhista.....	144
5.9	Recuperação judicial. Competência. Prosseguimento da Execução Fiscal .....	145
5.10	Falência. Competência .....	147
5.11	Súmulas .....	148
6.	Artigo 6.º .....	149
6.1	Da petição inicial .....	150
6.2	Dispensabilidade de indicação do CPF/CNPJ na inicial da execução fiscal.....	152
6.3	Possibilidade de indicação de bens à penhora – Lei 8.212/1991 .....	153
6.4	O valor da causa .....	154
6.5	Processo eletrônico .....	155
7.	Artigo 7.º .....	156
7.1	Indeferimento da inicial.....	158
7.2	Deferimento da inicial.....	159
7.3	Honorários advocatícios .....	163
7.4	Arresto .....	170
7.5	Súmula.....	171
8.	Artigo 8.º .....	171
8.1	Citação do executado.....	173
8.2	Citação postal frustrada .....	173
8.3	Citação por edital após o Oficial de Justiça não localizar o executado em seu domicílio fiscal.....	176
8.4	Citação da pessoa jurídica. Princípio da instrumentalidade.....	177
8.5	Nulidade da citação por edital.....	177
8.6	Publicação do edital .....	178
8.7	Executado ausente do país .....	178

8.8	Interrupção da prescrição .....	178
8.9	Lei Complementar 118/2005 .....	180
8.10	<i>Dies a quo</i> do prazo prescricional .....	182
8.11	Súmulas .....	183
9.	Artigo 9.º .....	184
9.1	Depósito em dinheiro .....	184
9.2	Fiança bancária .....	185
9.3	Seguro-garantia .....	185
9.4	Nomeação de bens à penhora .....	187
9.5	Indicação de bens à penhora .....	188
9.6	Pagamento da parcela da dívida .....	188
9.7	Súmulas .....	188
10.	Artigo 10 .....	188
10.1	Penhora .....	190
10.2	Bens impenhoráveis .....	191
10.3	Bem de família .....	199
10.4	Pensão alimentícia. Hipótese de exceção à impenhorabilidade .....	207
10.5	Penhora e fraude à execução .....	207
11.	Artigo 11 .....	209
11.1	Penhora de dinheiro .....	210
11.2	Penhora de título da dívida pública e de título de crédito que tenham cotação em bolsa .....	218
11.3	Penhora de pedras e metais preciosos .....	221
11.4	Penhora de bens imóveis .....	223
11.5	Penhora de navios e aeronaves .....	225
11.6	Penhora de veículos, móveis e semoventes .....	225
11.7	Penhora de direitos e ações .....	226
11.7.1	Penhora sobre precatórios .....	226
11.7.2	Penhora sobre direitos oriundos de contrato de alienação fiduciária .....	227
11.7.3	Debêntures da Eletrobras e obrigações ao portador da Eletrobras, para efeitos de penhora .....	228
11.8	Penhora sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como sobre plantações ou edifícios em construção .....	230
11.9	Penhora sobre faturamento .....	232
11.10	Remoção do bem penhorado para depósito judicial, particular ou da Fazenda Pública exequente .....	234
11.11	Súmulas .....	235
12.	Artigo 12 .....	236
12.1	Intimação da penhora .....	236

12.2	Intimação do cônjuge .....	238
12.3	Intimação pessoal .....	241
12.4	Súmulas .....	242
13.	Artigo 13 .....	242
13.1	Avaliação dos bens .....	244
13.2	Avaliação e decisão do juiz .....	247
13.3	Correção monetária do valor da avaliação .....	247
13.4	Súmulas .....	248
14.	Artigo 14 .....	248
14.1	Registro da penhora: aspectos gerais .....	248
14.2	Registro da penhora de bem imóvel .....	249
14.3	Registro da penhora de veículos .....	250
14.4	Registro da penhora de ações .....	250
15.	Artigo 15 .....	250
15.1	Do direito subjetivo do executado substituir a penhora .....	252
15.2	Possibilidade de substituição da penhora por seguro-garantia .....	257
15.3	Substituição de bens penhorados por precatórios .....	258
15.4	Substituição do bem penhorado no caso de adesão ao REFIS .....	259
15.5	Do direito subjetivo de pleitear a substituição da penhora .....	260
15.6	Súmulas .....	265
16.	Artigo 16 .....	266
16.1	Embargos à Execução. Termo <i>a quo</i> do prazo. Intimação do depósito. ....	266
16.2	Embargos à Execução. Termo <i>a quo</i> do prazo. Necessidade de garantia do juízo .....	267
16.3	Exigência de garantia integral .....	268
16.4	Ausência de garantia integral. Insuficiência da penhora .....	270
16.5	Possibilidade de ajuizar ação anulatória mesmo após o transcurso do prazo para oposição dos embargos à execução .....	270
16.6	Cabimento de exceção de pré-executividade – Matérias que não demandam dilação probatória .....	272
16.7	Embargos à execução fiscal. Ausência de documentos indispensáveis .....	273
16.8	Matéria deduzida em sede de ação anulatória, com decisão transitada em julgado, não poderá ser novamente deduzida em embargos a execução fiscal .....	275
16.9	Matéria deduzida em sede de em embargos à execução fiscal não poderá ser rediscutida em exceção de pré-executividade .....	278
16.10	Matéria deduzida em sede de em embargos à execução fiscal – Ônus da prova – Compete ao embargante comprovar o fato constitutivo do seu direito – Art. 333, I, do CPC/1973 .....	280
16.11	Da inadmissão da alegação de compensação no bojo dos Embargos à Execução Fiscal – § 3.º do art. 16 da LEF .....	285

16.12	Compensação de ofício pela Secretaria da Receita Federal – Prevista no art. 73 da Lei 9.430/1996 e no art. 7.º do Dec.-lei 2.287/1986 .....	286
16.13	Embargos à execução fiscal – Concessão de efeito suspensivo .....	291
16.14	Súmulas .....	293
17.	Artigo 17 .....	294
17.1	Impugnação aos embargos à execução .....	294
17.2	Inaplicabilidade dos efeitos da revelia .....	295
17.3	Julgamento antecipado da lide e cerceamento de defesa.....	296
18.	Artigo 18.....	299
18.1	Não oferecimento de embargos à execução .....	299
19.	Artigo 19.....	300
19.1	Garantia prestada por terceiro .....	302
19.2	Possibilidade de remição.....	302
20.	Artigo 20.....	303
20.1	Do regime similar ao previsto no Código de Processo Civil .....	303
20.2	Admissão de que os embargos à execução fiscal por carta sejam oferecidos tanto no juízo deprecado quanto no juízo deprecante .....	304
20.3	Interpretação sistemática das regras previstas no CPC (art. 747) e na LEF (art. 20) .....	305
20.4	Competência do juízo deprecante para declarar a ineficácia da arrematação por fraude à execução .....	306
20.5	Flexibilização da regra disposta no art. 20 da LEF pela incidência do princípio da economia processual .....	307
20.6	A tempestividade dos embargos deve ser aferida de acordo com o calendário do juízo deprecado .....	308
20.7	Definição da competência para julgamento dos embargos de terceiro referentes à nulidade da penhora depende de qual juízo indicou o bem penhorado. ....	309
20.8	Súmulas do tema.....	311
21.	Artigo 21 .....	311
21.1	Do cabimento da alienação antecipada – Aplicação do art. 670, CPC/1973 na execução fiscal .....	312
21.2	Da possibilidade de determinação <i>ex officio</i> da alienação antecipada. Situações excepcionais previstas no art. 1.113 do CPC [1973]. Necessidade de cautela do julgador .....	314
21.3	Possibilidade de utilização da alienação antecipada em caso de penhora de bens perecíveis .....	315
21.4	Necessidade de observância da ordem legal de penhora (art. 11 da LEF) para substituição do bem penhorado sujeito à alienação antecipada ..	316
21.5	Embargos sem efeito suspensivo .....	317
22.	Artigo 22.....	317



22.1	Dispensabilidade da publicação em jornal de ampla circulação .....	320
22.2	Procedimento exigido para a arrematação.....	321
22.3	Intimação das partes .....	321
22.4	Do cabimento dos embargos à arrematação.....	323
22.5	Do não cabimento de embargos à arrematação após a expedição da carta de arrematação ou após a transferência da propriedade do bem .	324
22.6	Da inexistência de preclusão em relação as matérias de ordem pública .....	325
22.7	Do cabimento de embargos à arrematação em caso de arrematação por preço vil. ....	327
22.8	Da necessidade de reavaliação do bem penhorado quando transcorrer tempo significativo entre a primeira avaliação e a data da alienação judicial.....	335
22.9	Da manutenção da arrematação quando apenas uma execução fiscal apensa for extinta.....	335
22.10	Da necessidade de observância do prazo previsto no § 1.º do art. 22 da LEF.....	336
22.11	Da incidência do princípio da <i>pás de nullite sans grief</i> .....	336
22.12	Da necessidade de intimação pessoal apenas do representante judicial da Fazenda Pública .....	336
22.13	Da dispensabilidade de intimação pessoal do executado revel. Tentativa de intimação infrutífera. Executado em lugar incerto. Legitimidade da intimação por edital .....	337
22.14	Da dispensabilidade da intimação do cônjuge do executado.....	339
23.	Artigo 23.....	340
23.1	Ausência de distinção entre leilão e praça .....	340
23.2	O leilão pode ser realizado em qualquer lugar designado pelo juiz .....	341
23.3	Leilão eletrônico. Aplicação subsidiária do art. 689-A do CPC .....	341
23.4	Improcedência dos embargos de devedor. Apelação recebida no efeito devolutivo. Legitimidade da realização leilão.....	342
23.5	Das regras específicas do leilão de execução fiscal instaurada para cobrança de crédito de contribuição previdenciária.....	348
23.6	Da incidência da prescrição constante do art. 98, inc. II, da Lei 8.212/1991 nas execuções fiscais ajuizadas para cobrança de contribuição previdenciária.....	349
23.7	Da possibilidade de arrematação de bem imóvel, em segundo leilão, mediante pagamento parcelado, podendo a primeira parcela ser inferior a 30% do valor da avaliação .....	350
23.8	Da necessidade de que as condições do parcelamento constem expressamente do edital do leilão .....	350

23.9	Da legitimidade do juiz recusar o leiloeiro público indicado pela exequente.....	352
23.10	Da desistência da arrematação .....	352
23.11	Desistência da arrematação em face do oferecimento de embargos à arrematação. Prazo de desistência.....	356
23.12	Da possibilidade de desistência da arrematação na hipótese de oferecimento de embargos de terceiro.....	358
23.13	Da recomendação de que os bens sejam leiloados englobadamente ....	358
23.14	Do ônus do arrematante em arcar com o pagamento da comissão de leiloeiro e demais despesas indicadas no edital .....	359
23.15	Do ônus da executada arcar com as despesas do leiloeiro em caso de leilão suspenso pelo parcelamento .....	360
23.16	Sentença de extinção da execução. Ausência de arrematação.....	361
23.17	Da adoção do princípio da causalidade nas hipóteses de cancelamento da arrematação.....	362
23.18	Da ausência de arrematação. Ônus do executado.....	363
23.19	Ausência de pagamento da comissão do leiloeiro não gera nulidade da alienação judicial .....	364
23.20	Súmulas .....	364
24.	Artigo 24.....	364
24.1	Faculdade de adjudicação do bem penhorado.....	365
24.2	Valor do bem adjudicado.....	366
24.3	Hipótese em que o bem penhorado apresenta valor superior ao crédito exequendo .....	366
24.4	Saldo remanescente do crédito exequendo após a adjudicação e demonstração do interesse em sua cobrança.....	367
24.5	Da regra especial aplicável à Fazenda Nacional de adjudicação do bem penhorado por 50% do valor da avaliação .....	367
24.6	Do direito de reavaliação antes da adjudicação .....	369
24.7	Da preclusão com a assinatura do auto de adjudicação .....	370
24.8	Revogação dos dispositivos que regulavam a remição.....	371
24.9	Adjudicação de bem penhorado de empresa em que venha a ser decretada a falência.....	371
25.	Artigo 25.....	372
25.1	Da necessidade de intimação pessoal do representante da Fazenda Pública.....	372
25.2	Da necessidade de intimação pessoal do representante judicial de conselho de fiscalização profissional.....	374
25.3	Da ausência de necessidade de intimação pessoal de advogado nomeado e constituído por conselho de fiscalização profissional.....	375

25.4	Da ausência de prerrogativa de intimação pessoal do representante da CEF nas execuções fiscais ajuizadas para cobrança do FGTS.....	375
25.6	Da prerrogativa de intimação pessoal dos representantes da Procuradoria da Fazenda Nacional mediante a remessa dos autos.....	379
25.7	Da legitimidade da intimação do representante da Fazenda Pública por carta com AR quando o órgão não possuir sede na comarca.....	380
25.8	Da necessidade de conjugação do entendimento firmado pelo STJ com o quanto preceituado pelo art. 20 da Lei 11.033/2004.....	381
26.	Artigo 26.....	382
26.1	Da interpretação do art. 26 da LEF pelo Superior Tribunal de Justiça..	382
26.2	Da jurisprudência em sentido contrário ao entendimento do STJ. Incidência do art. 26 da LEF .....	385
26.3	Imediata execução dos honorários de sucumbência fixados em face da procedência da exceção de pré-executividade .....	387
26.4	Não cabimento da condenação em honorários de sucumbência em face da improcedência da exceção de pré-executividade .....	387
26.5	Da inaplicabilidade do art. 1.º-D da Lei 9.494/1997 à execução fiscal .	388
26.6	Impossibilidade de condenação da Fazenda Pública em honorários de sucumbência na execução e nos embargos concomitantemente .....	390
26.7	Nas execuções em que o encargo legal do Dec.-lei 1.025/1969 está sendo cobrado – Impossibilidade de condenação nos honorários. ....	391
26.8	Possibilidade de cumulação de honorários da execução com honorários dos embargos desde que observado o limite de 20%.....	394
26.9	Da impossibilidade de condenação do embargante no pagamento de honorários de sucumbência quando da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009.....	395
26.10	Da distribuição dos honorários de sucumbência de acordo com o princípio da causalidade .....	396
26.11	Impossibilidade de condenação da Fazenda Pública no pagamento de honorários de sucumbência quando houver reconhecimento do pedido. Art. 19, § 1.º, da Lei 10.522/2002 .....	399
26.12	Necessidade de pedido expreso para incidência do § 1.º do art. 19 da Lei 10.522/2002 .....	400
26.13	Entendimento de que o § 1.º do art. 19 da Lei 10.522/2002 não se aplica ao rito da LEF.....	401
26.14	Condenação da Fazenda Pública em honorários .....	403
26.15	Ausência de direito do defensor público em perceber honorários advocatícios quando atua no exercício da curatela especial .....	407
26.16	Impossibilidade de condenação no pagamento de honorários de sucumbência do ente federativo ou de suas entidades da Administração Indireta .....	407

26.17	Condenação da Fazenda Pública mesmo que não formule pedido expresso de citação do coexecutado constante da CDA.....	410
26.18	Da legitimidade do pedido de revisão para adequação do valor dos honorários .....	411
26.19	Impossibilidade de redução de ofício do valor dos honorários.....	412
26.20	Extinção parcial da execução fiscal e impossibilidade de condenação em honorários da Fazenda Pública. ....	412
26.21	Da impossibilidade de condenação da Fazenda Pública no pagamento de honorários advocatícios quando da sucumbência mínima ou mesmo da sucumbência recíproca.....	414
26.22	Súmulas .....	415
27.	Artigo 27.....	416
27.1	Princípio da economia processual e simplificação das publicações.....	416
27.2	Requisitos para publicação .....	416
27.3	Incidência do princípio da <i>pás de nullite sans grief</i> .....	417
27.4	Publicação com equívoco parcial do nome do advogado. Ausência de nulidade.....	417
27.5	Publicação em que consta apenas um dos advogados constituídos. Ausência de nulidade.....	418
27.6	Publicação sem o número da inscrição do advogado na OAB. Ausência de nulidade .....	419
27.7	Publicação com nome abreviado do advogado. Ausência de nulidade .....	419
28.	Artigo 28.....	420
28.1	Da legitimidade da determinação de apensamento <i>ex officio</i> pelo Juízo processante das execuções .....	420
28.2	O deferimento do pedido de apensamento é uma faculdade do Juízo processante .....	421
28.3	O indeferimento do pedido de apensamento tem de ser fundamentado .....	423
28.4	Da ausência de legitimidade na argumentação de que o apensamento importa em cerceamento de defesa.....	423
28.5	O fato de subsistir penhora em uma das execuções, por si só, não impõe a obrigação do juízo processante em deferir o pedido de apensamento .....	424
28.6	O apensamento jamais poderá importar em extinção da execução apensada .....	424
28.7	Da redistribuição dos processos ao juízo da primeira distribuição .....	425
28.8	Apensamento das execuções fiscais à cautelar fiscal .....	425
28.9	Da dispensabilidade de apensamento das execuções fiscais no caso de decretação de indisponibilidade de bens em sede de cautelar fiscal.....	426
28.10	Súmulas .....	427

29. Artigo 29.....	+27
29.1 Procedimento da execução fiscal quando a empresa executada tem sua falência decretada .....	+27
29.2 Da preferência da penhora no rosto dos autos.....	+30
29.3 Entendimento em sentido diverso. Faculdade da Fazenda Pública em penhorar no rosto dos autos ou habilitar seu crédito.....	+31
29.4 A falência não importa em suspensão da execução fiscal.....	+31
29.5 Liquidação extrajudicial também não importa em suspensão da execução fiscal .....	+32
29.6 Impossibilidade de decretação da prescrição intercorrente durante o processo de falência .....	+33
29.7 Recuperação judicial e execução fiscal.....	+38
29.8 Impedimento de realização de atos que importem em redução do patrimônio da empresa em recuperação.....	+39
29.9 Processo de liquidação de cooperativas e impossibilidade de remessa do produto da arrematação .....	+41
29.10 Da cobrança de juros em face da empresa falida .....	+41
29.11 Da cobrança de multa em face da empresa falida.....	+43
29.12 Da cobrança do encargo legal em face da empresa falida .....	+46
29.13 Aplicação da mesma lógica para os processos de insolvência civil.....	+47
29.14 Do concurso de preferências .....	+47
29.15 Da preferência do crédito tributário. Irrelevância da ordem de penhora ...	+48
29.16 Preferência do crédito tributário em relação aos honorários advocatícios .....	+49
29.17 Ordem de preferência prevista nos incisos do parágrafo único do art. 29 da LEF.....	+52
29.18 Concurso de preferência entre a União e autarquia federal .....	+53
29.19 Concurso de credores entre autarquia federal e sociedade de economia mista .....	+53
29.20 Concurso de credores e execução fiscal em fase de arrematação .....	+54
29.21 Concurso de credores entre União e Município .....	+55
29.22 Concurso de credores entre autarquia federal e Estado .....	+55
29.23 A decretação da liquidação extrajudicial não importa em extinção da execução fiscal ajuizada para cobrança de multa administrativa .....	+57
29.24 Súmulas .....	+58
30. Artigo 30.....	+58
30.1 Princípio da responsabilidade patrimonial .....	+59
30.2 Rol de bens impenhoráveis .....	+59
30.3 Da penhorabilidade dos bens gravados com ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade .....	+61
30.4 Exceção a regra da penhorabilidade dos bens gravados com ônus .....	+67

30.5	Ônus do executado de comprovar a impenhorabilidade do valor bloqueado via sistema Bacen-Jud .....	468
30.6	Possibilidade de penhora da sobra de salário .....	469
30.7	Impossibilidade de penhora da sobra de salário .....	471
30.8	Da legitimidade de penhora de bem imóvel hipotecado .....	472
30.9	Impenhorabilidade de recursos públicos recebidos para aplicação compulsória em saúde .....	475
31.	Artigo 31 .....	476
31.1	Necessidade de prova de quitação ou concordância da Fazenda Pública .....	476
31.2	Da interpretação teleológica do referido dispositivo .....	477
31.3	Ineficácia da alienação em relação à Fazenda Pública.....	478
31.4	Responsabilidade do inventariante em caso de descumprimento dos requisitos do art. 31 da LEF.....	478
32.	Artigo 32.....	479
32.1	Da regulamentação dos depósitos judiciais e extrajudiciais na órbita federal.....	481
32.2	Da necessidade de convalidação dos valores bloqueados via Bacen-Jud de acordo com a sistemática da Lei 9.703/1998.....	482
32.3	Execução Fiscal ajuizada por outro ente diverso da União.....	484
32.4	Da atualização dos depósitos pela Taxa Selic.....	484
32.5	Destinação do depósito após o trânsito em julgado.....	485
32.6	Da destinação dos depósitos judiciais realizados nas ações de conhecimento propostas pelos contribuintes .....	486
32.7	Da necessidade do trânsito em julgado para a destinação dos valores depositados.....	487
32.8	Responsabilidade pela atualização dos valores depositados .....	488
32.9	Caução. Carta Fiança. Não suspende a exigibilidade. Autoriza a concessão de certidão positiva com efeito negativa.....	491
32.10	Impossibilidade de obtenção de certidão positiva com efeito de negativa através da caução com carta de fiança .....	498
32.11	Necessidade da carta de fiança se adequar aos termos das Portarias da PGFN que regulamentam o tema .....	499
33.	Artigo 33.....	501
33.1	Comunicação da decisão. Alteração na Dívida Ativa.....	501
33.2	Hipóteses de dispensa do reexame necessário .....	501
33.3	Sentença ilíquida não se submete a hipótese de dispensa do reexame necessário previsto no § 2.º, do art. 475 do CPC/1973 .....	504
33.4	Outras hipóteses de dispensa do reexame necessário .....	505
34.	Artigo 34.....	507
34.1	Definição do recurso cabível em face do valor de alçada. Pacificação da questão pelo STJ .....	507
34.2	Do cabimento de mandado de segurança em face de decisão que julga embargos infringentes.....	510

34.3	Impossibilidade de impetração do Mandado de Segurança antes do julgamento dos embargos infringentes .....	512
34.4	Exigência de decisão teratológica para aceitar a impetração do mandado de segurança .....	512
34.5	Inadmissibilidade de impetração de mandado de segurança da decisão que rejeita embargos infringentes .....	513
34.6	Aplicação do princípio da fungibilidade recursal .....	515
34.7	Procedimento dos embargos infringentes .....	521
35.	Artigo 35 .....	521
35.1	Autorização outorgada pela LEF Necessidade de previsão no Regimento Interno do Tribunal .....	521
35.2	Dispensa que se limita ao recurso de apelação .....	523
35.3	O julgamento monocrático se aplica a qualquer espécie de recurso ....	523
35.4	Hipóteses em que se admite o julgamento monocrático .....	524
35.5	Julgamento monocrático. Jurisprudência dominante .....	525
35.6	Ausência de ofensa ao princípio da colegialidade .....	526
35.7	Não recebimento da apelação. Sentença em conformidade com Súmula do STJ ou do STF .....	529
36.	Artigo 36 .....	530
36.1	Modelos de acordo com o tributo a ser pago .....	530
37.	Artigo 37 .....	531
37.1	O depositário como auxiliar da justiça e a sua responsabilidade .....	531
37.2	Impossibilidade da prisão civil do depositário infiel .....	532
37.3	Responsabilidade do depositário infiel .....	532
37.4	Necessidade de apurar a responsabilidade em ação própria .....	535
37.5	Oficial de Justiça e o prazo para cumprimento da diligência .....	537
38.	Artigo 38 .....	537
38.1	Ações de discussão do crédito objeto de execução fiscal .....	538
38.2	Dispensa de depósito judicial para discussão do crédito inscrito em DAU .....	538
38.3	Propositura de ação anulatória – não suspende a exigibilidade do crédito .....	539
38.4	Conexão entre ação anulatória e execução fiscal que tramita em vara não especializada .....	542
38.5	Conexão entre ação anulatória e execução fiscal que tramita perante vara especializada .....	546
38.6	Concomitância de instâncias judicial e administrativa. Impossibilidade ..	548
39.	Artigo 39 .....	551
39.1	Fazenda Pública. Ausência de isenção de emolumentos cartorários ...	552
39.2	Despesa com o transporte do Oficial de Justiça .....	553

39.3	Momento em que deve ser paga a despesa de transporte do Oficial de Justiça .....	554
39.4	Impossibilidade de extinção da execução pelo não adiantamento do numerário para pagamento das despesas de transporte do oficial de justiça .....	555
39.5	Conselho de fiscalização profissional e recolhimento de custas e porte remessa e retorno .....	557
39.6	Isenção no pagamento de custas de citação postal.....	557
39.7	Multa de agravo manifestamente inadmissível. Dispensabilidade de pagamento previamente ao recurso.....	558
39.8	INSS. Dispensa do preparo.....	559
39.9	Fazenda Pública. Depósito prévio dos honorários do perito .....	560
40.	Artigo 40.....	560
40.1	Procedimento previsto no art. 40 da LEF .....	562
40.2	Prazos contínuos. Suspensão. Arquivamento.....	562
40.3	Pedido de suspensão pela Fazenda Pública, nos termos do art. 40 da LEF .....	562
40.4	Despacho do Juízo determinando a suspensão da execução nos termos do art. 40 da LEF.....	564
40.5	Reconhecimento da prescrição. Inobservância do § 4.º do art. 40 da LEF Ausência de prejuízo .....	565
40.6	Dispensa de intimação. Créditos de baixo valor.....	567
40.7	Necessidade de inércia da exequente para a configuração da prescrição intercorrente .....	569
40.8	Prescrição Intercorrente. Arquivamento da execução por mais de cinco anos. Dívida de baixo valor .....	571
40.9	Termo inicial do prazo da prescrição intercorrente. Créditos de baixo valor .....	574
40.10	Extinção da execução. Crédito de baixo valor. Apenas após o transcurso do prazo prescricional.....	575
41.	Artigo 41.....	576
41.1	Teoria estática e teoria dinâmica do ônus da prova – produção de prova documental – cópia do processo administrativo que gerou a CDA.....	577
41.2	Impossibilidade de inversão do ônus da prova – jurisprudência consolidada do STJ e de todos os tribunais regionais federais .....	579
<b>Parte III – Temas Relevantes Relacionados à Execução Fiscal</b>		
1.	Apontamentos acerca da decadência e prescrição .....	585
1.1	Natureza jurídica das contribuições abrangidas pela súmula vinculante 08 do STF.....	585



1.2	Termo <i>a quo</i> do prazo decadencial do direito potestativo de constituição do crédito.....	586
1.3	Da peculiariedade na contagem do prazo decadencial do imposto de renda pessoa física.....	592
1.4	A tese dos cinco mais cinco .....	594
1.5	Da aplicação da tese dos 5 + 5 para repetição do indébito.....	596
1.6	Aplicação do art. 219 do CPC na contagem do prazo prescricional.....	601
1.7	Da aplicação da súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça nas execuções fiscais .....	604
1.8	DCTF retificadora e interrupção do prazo prescricional .....	608
1.9	Prescrição de tributos sujeitos a lançamento de ofício .....	612
1.10	Da interrupção da prescrição – Execução anteriormente proposta e extinta.....	615
1.11	Prazo prescricional quinquenal (5 anos) para cobrança do FGTS – Atual entendimento do STF .....	616
1.12	Prescrição – Reconhecimento de ofício.....	619
1.13	Do prazo prescricional aplicado à dívida ativa não tributária .....	621
1.14	Prescrição da multa penal .....	623
1.15	Interrupção do prazo prescricional – Parcelamento .....	626
1.16	Interrupção do prazo prescricional – Pedido de parcelamento indeferido .....	628
1.17	Interrupção do prazo prescricional – Pagamento parcial do débito ....	631
1.18	Suspensão de 180 dias – Art. 2.º, § 3.º, da LEF .....	633
1.19	Revogação da causa de suspensão prevista no parágrafo único do art. 5.º do Dec.-lei 1.569/1977.....	634
1.20	Prescrição – Matéria de ordem pública passível de ser conhecida em qualquer grau de jurisdição.....	636
1.21	Adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009. Causa de interrupção. Causa de suspensão .....	637
1.22	Do prazo prescricional para cobrança do crédito rural cedido à União	639
2.	Redirecionamento da execução fiscal aos sócio(s) – Situações em que os bens pessoais do(s) sócio(s) respondem pelos débitos da pessoa jurídica.....	641
2.1	Considerações iniciais .....	641
2.2	Empresa executada que não mais funciona no domicílio fiscal – Presunção de dissolução irregular – Redirecionamento da execução fiscal contra os sócios .....	644
2.3	Desvio de finalidade e confusão patrimonial – Redirecionamento da execução fiscal .....	648
2.4	Falência – Hipótese em que se admite o redirecionamento da execução fiscal.....	650
2.5	Prazo prescricional – Redirecionamento.....	652

2.6	Sócios legitimados a serem incluídos no polo passivo da execução no caso de dissolução irregular da pessoa jurídica .....	660
2.7	Redirecionamento em caso de dissolução irregular nas execuções ajuizadas para cobrança de dívida ativa não tributária .....	668
2.8	Defesa do sócio .....	671
3.	Medida cautelar fiscal .....	673
3.1	Do foro competente para a propositura de medida cautelar fiscal para indisponibilizar os bens do devedor .....	675
3.2	Da inexigibilidade de constituição definitiva do crédito tributário para deferimento da medida cautelar fiscal – A interposição de recurso na via administrativa não impede a cautelar fiscal .....	677
3.3	Da indisponibilidade de bens de pessoa jurídica – Possibilidade de indisponibilizar bens do ativo não permanente da empresa .....	682
3.4	Possibilidade da indisponibilidade patrimonial ser estendida aos bens do sócio ou administrador de fato ou de direito e aos demais integrantes do grupo econômico .....	685
4.	Da indisponibilidade de bens do executado – Art. 185-A do CTN .....	687
5.	Aspectos relevantes da fraude à execução fiscal .....	690
6.	Quebra de sigilo bancário – LC 105/2001 .....	694
<b>Bibliografia</b> .....		699